

Modernização: idéia-força que orienta a escola pública

Carlos Estevam Martins*

A modernização é a idéia-força, o eixo em torno do qual se estrutura a política educacional desenvolvida hoje no Estado de São Paulo. Em outras condições, outras possibilidades poderiam ser cogitadas: nas condições atuais, porém, a modernização se impõe como pressuposto de tudo o mais.



Em princípio, educar e modernizar são atividades que deveriam caminhar de mãos dadas. Na realidade, porém, o ensino público no Brasil está eivado de valores, estruturas e práticas que, em confronto com o ideal da modernidade, nos colocam na contramão da história.

Vale a pena deixar claro que ser moderno, ao contrário do que se costuma dar por assente, não é o mesmo que ser novo. Há muita novidade que nada tem de moderno: o aiatolá Khomeini, por exemplo, foi uma novidade antimoderna, assim como a reunificação alemã é uma proposta antiga, mas perfeitamente moderna. O que define a modernidade, como nos diz Habermas, é a interdição de buscar fora de si mesmo os critérios em função dos quais se orienta: só é moderno o que é capaz de se fundar por seus próprios meios, sem recorrer a noções alheias às evidências existentes.

Para avançar no caminho da modernização, temos que estabelecer, antes de mais nada, que funções desejamos que a escola pública cumpra. Alguns pontos parecem ser bastante consensuais. Ninguém discorda, por exemplo, que a escola deva contribuir para a formação das novas gerações, desenvolvendo as potencialidades dos indivíduos e enriquecendo a vida da sociedade. Cabe igualmente à escola atuar como fator de desenvolvimento do País, seja no campo da produção material, seja no da pesquisa técnico-científica e cultural. É consensual também a idéia de que o ensino público deve cumprir papel análogo ao da democracia, oferecendo oportunidades de ação e de ascensão a todas as pessoas, sem discriminar ninguém em função de raça, credo, renda, classe ou status social.

Como se vê, ambicionamos o máximo: nada menos do que boa educação e ensino de alto nível para todos.

Infelizmente, estamos muito longe disso e a distância que separa o ideal do real não só é muito grande como dá a impressão de ter crescido. Antigamente, diz-se, a escola era bem melhor e o governo, conclui-se, é o culpado de as coisas terem piorado tanto.

Sem querer eximir os governos das responsabilidades que lhes cabem, é preciso enfatizar que a escola que tínhamos refletia a sociedade que éramos, assim como a escola que temos hoje reflete a sociedade que passamos a ser.

A boa escola pública que existia antigamente em São Paulo atendia a uma clientela restrita e seleta. O número de escolas, funcionários, professores e alunos era bem pequeno. Hoje, as escolas são aos milhares, os funcionários às dezenas de milhar, os professores às centenas de milhar e os alunos aos milhões.

Além disso, os alunos provinham de famílias relativamente acomodadas, capazes de oferecer ambiente doméstico adequado e arcar com as despesas de alimentação, transporte, material didático, uniformes e, eventualmente, aulas particulares de reforço ou complementação curricular.

De lá para cá, o quadro mudou muito. O crescimento demográfico registrou índices impressionantes de expansão, graças inclusive às migrações de população de outros estados da Federação. De 50 a 90, São Paulo passou de 9 milhões a 35 milhões de habitantes.

Na região metropolitana há áreas que crescem a 12% ao ano. Concomitantemente, o processo de urbanização acelerou-se. As famílias trocaram o campo pela cidade: em 1950, cerca de 60% da população vivia na zona rural; hoje só 20%. Nesses 40 anos surgiram cerca de 500 novas cidades.

Mas não só as famílias se multiplicaram e se deslocaram. O mesmo aconteceu com os direitos sociais. Por um lado, dezenas de

novos direitos, que antes não existiam, foram instituídos e passaram a vigorar.

Por outro lado, os direitos (novos e antigos) invadiram espaços anteriormente interditados, passando por cima das divisórias que separam os ricos dos pobres, os homens das mulheres, os urbanos dos rurais, os brancos dos negros, os não-deficientes dos deficientes, os bem localizados (no centro) dos mal localizados (nas periferias).

Em suma, os direitos não só se multiplicaram como se universalizaram.

Tudo isso aconteceu no pior dos cenários possíveis. As mudanças sociais e institucionais ocorreram no bojo de uma economia subdesenvolvida, marcada por maciças transferências líquidas de riqueza para o exterior e por um fantástico processo interno de concentração de renda. De 60 a 80 os mais ricos e os mais pobres inverteram suas posições: a participação dos 50% mais pobres caiu de 17 para 12% da renda nacional, enquanto a dos mais ricos subiu de 12 para 17%.

A demanda por bens e serviços que se criou ao longo das últimas décadas se caracteriza, assim, pelo fato de ser volumosa, expressiva, ampla e legítima mas, ao mesmo tempo, insolvente. Nossa sociedade foi pródiga na criação de aspirações e avara na produção dos meios materiais e culturais capazes de atendê-las. A economia de mercado e as lutas sociais colocaram diante do Estado multidões desvalidas que precisam de tudo — da escola ao transporte, do hospital à moradia, da alimentação à previdência — e não têm a quem recorrer, exceto ao próprio Estado.

Nosso atraso, no campo da educação como em tantos outros, é grande demais para ser superado por meio de apelos (ou invectivas) ao Estado. Existem, sem dúvida, muitas propostas para combater as mazelas do ensino. Precisamos de todas e a todas devemos dedicar atenção e apreço. Acima de tudo, porém, precisamos de uma revolução. Temos que iniciar um processo multidimensional de mudanças que afete as concepções, posturas e compromissos, assim como as conexões estruturais que interligam os agentes sociais direta ou indiretamente relacionados com a atividade educacional.

A multidimensionalidade é o busílis da questão. Qualquer mudança (mais verbas para educação, por exemplo) pode ser fundamental e, ao mesmo tempo, inócua, se empreendida isoladamente. São muitos e variados os agentes sociais portadores de interesses particulares e conservadores com relação ao sistema de ensino vigente: governos (federal, estadual e municipal); funcionários, professores, diretores de escolas e demais autoridades setoriais; congressistas, deputados estaduais e vereadores; partidos políticos e entidades classistas; os alunos e suas famílias; as universidades públicas e privadas, fundações, igrejas, empresas; a imprensa (jornais, rádio e televisão); os contribuintes em geral e os diplomados em particular. O processo educacional (nos seus aspectos quantitativos e qualitativos) é função do que fazem esses agentes, de suas atitudes e expectativas, assim como da relação que mantêm entre si. É esse conjunto que precisa ser refeito em profundidade. Para tanto, cada um de seus segmentos tem que se dispor a redefinir sua participação no todo, tomando posição a respeito da articulação dos interesses particulares com os interesses comuns, esclarecendo até onde vão suas responsabilidades e o que espera receber em troca da contribuição que pretende dar. Simplesmente não é possível reformar o todo conservando-se intacta a vida de suas partes.

Trata-se de uma grande marcha. A modernização aí se insere como pano de fundo, dando combate aos "ismos" não-modernos que abundam em nossa sociedade: burocratismo, clientelismo, provincianismo, democratismo, paternalismo, legalismo, autocratismo, corporativismo, quietismo, estatismo. A modernização não é a revolução de que necessitamos, mas o passo que podemos dar, já.

* Secretário de Educação do Estado de São Paulo.